

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da ABSA Aerolinas Brasileiras S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA	14
3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	22
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
7. CONTAS A RECEBER	27
8. TRIBUTOS A RECUPERAR	28
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	29
10. IMOBILIZADO	29
11. INTANGÍVEL.....	30
12. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL	31
13. FORNECEDORES.....	31
14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	31
15. IMPOSTOS A RECOLHER.....	32
16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	32
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36
19. PARTES RELACIONADAS.....	36
20. RECEITA OPERACIONAL	39
21. RESULTADO POR NATUREZA.....	39
22. RESULTADO FINANCEIRO.....	40
23. SEGUROS.....	40
24. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS	40
25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA" ou "Companhia"), é uma subsidiária integral da TAM S.A., que por sua vez integra a LATAM Airlines Group S.A. ("LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea o qual oferece serviços de transporte de passageiros para cerca de 137 destinos, em 24 países, com uma frota de 315 aviões. No total, a LATAM Airlines Group S.A. tem em torno de 43 mil funcionários.

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago e Nova York, nesta última, na forma de ADRS, sob o ticker LFL. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE").

A ABSA mediante concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), tem como atividade preponderante a exploração de serviços de transporte aéreo regular de cargas e malas postais, no território nacional e em âmbito internacional, por meio de aeronaves arrendadas ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas ("*handling*").

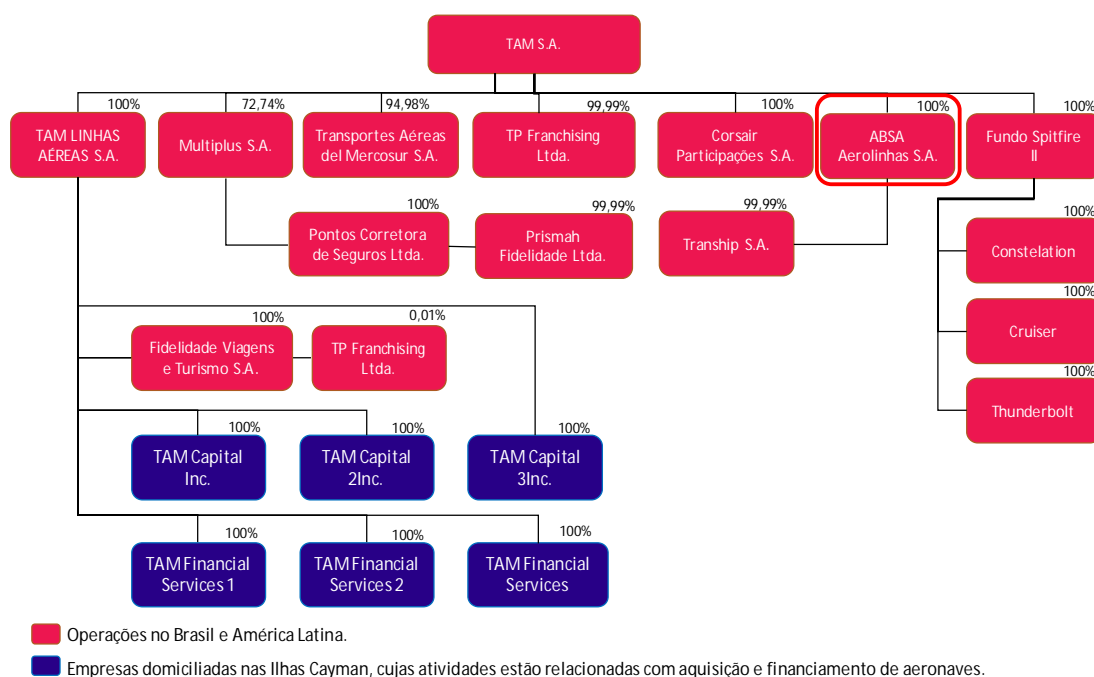
Em 25 de abril de 2015, a ANAC concedeu uma prorrogação da concessão para a Companhia operar com validade de dez anos a partir desta data. Considerando que a Companhia opera observando as normas estabelecidas pelo órgão regulador, a Administração acredita que obterá a renovação da concessão em 2025.

A ABSA é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rodovia Santos Dumont, KM 66 sem número, Campinas, São Paulo.



2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve alterações na estrutura societária na qual a Companhia está inserida, conforme apresentado a seguir:



3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.



A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Com base no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras a Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2015, o dólar norte-americano ("US\$") como moeda funcional.

A moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras é o Real, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ø Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ø Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Ø Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;
- Ø As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e



- Ø Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4.3 Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A Companhia adota como política para constituição de provisão para devedores duvidosos, análise de perdas históricas. Caso o cliente tenha oferecido garantia real, os valores em atraso são excluídos da base para cálculo e determinação da provisão para devedores duvidosos.



4.5 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e acréscido de desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de *impairment*, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2017 e 2016 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

4.6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

4.7 Impostos e contribuição social sobre o lucro

No Brasil, os impostos e contribuições sobre a renda compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos, quando houver, representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e



contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos, quando contabilizados, são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação fiscal vigente que estejam em vigor na data do balanço.

4.8 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. São classificados como passivo circulante de acordo com a previsão de liquidação no prazo de doze meses.

4.9 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



4.10 Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento entre operacional e financeiros é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia possuía apenas operações de arrendamento classificadas como arrendamento operacional.

4.11 Receita de transporte de cargas

A receita de transporte de cargas é reconhecida mediante a prestação de serviços. A Companhia não tem autorização para armazenar mercadorias de terceiros a serem transportadas e, por esse motivo, o processo de transporte ocorre no prazo máximo de 48 horas após o recebimento da mercadoria a ser transportada.

4.12 Reconhecimento de custos e despesas operacionais

Os principais custos da Companhia estão relacionados principalmente aos custos com pessoal, combustível de aviação, arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos, tarifas de decolagem, pouso e navegação aérea e são reconhecidos pelo regime de competência contábil.

As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, vendas, marketing e outras e são reconhecidos pelo regime de competência contábil.

4.13 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários têm direito a uma participação nos resultados com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.



4.14 Receitas e despesas financeiras

A receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos e compreendem:

- Ø Receita de juros;
- Ø Despesa de juros;
- Ø Despesas bancárias;
- Ø Variações cambiais líquidas.

4.15 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para US\$, moeda funcional da Companhia, utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Na conversão para moeda de apresentação os saldos das contas de balanço em outras moedas são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos como outros resultados abrangentes.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa final		
Dólar americano (US\$)	3,3080	3,2591
Euro (€)	3,9693	3,4384
Taxa média anual		
Dólar americano (US\$)	3,1925	3,4833
Euro (€)	3,6089	3,8543

4.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na Nota 3, destas demonstrações financeiras, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores ora apresentados:

- Ø valor justo de instrumentos financeiros;
- Ø análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros;
- Ø perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;



Ø vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida; e

Ø provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

4.17 Reclassificações

Com o objetivo de aprimorar a apresentação e comparabilidade dos números a Administração da Companhia promoveu reclassificações nos números apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidas em 23 de maio de 2017.

4.17.1 Resultado por natureza (nota 22)

	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Custos dos serviços prestados			
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	-	13.931	13.931
Outras	22.382	(13.931)	8.451
Despesas gerais e administrativas			
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	25.490	1.677	27.167
Outras	7.365	(1.677)	5.688

4.17.2 Transações com partes relacionadas (nota 20)

	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Outras despesas operacionais			
Lan Chile Cargo S.A.	(101.251)	69.429	(31.822)
LATAM Airlines Group S.A.	(151.070)	124.788	(26.282)
Custos dos serviços prestados			
Serviços de terceiros			
TAMLineas Aereas S.A.	-	(194.217)	(194.217)



5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM Airlines Group S.A. com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia.

5.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia mantém níveis de alavancagem que não comprometem sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

						31/12/2017
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	1.915.118	-	-	-	1.915.118	1.915.118
Arrendamento operacional	111.943	107.576	4.962	-	224.481	-
						31/12/2016
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	1.670.581	-	-	-	1.670.581	1.670.581

5.2 Administração do risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Individualmente, nenhum dos clientes da Companhia, exceto partes relacionadas, conforme divulgado na Nota 19, representa mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.



5.3 Administração de riscos de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") em 31 dezembro de 2017, o qual indicava as seguintes taxas como cenário provável:

Índice				Taxa estimada como cenário provável		
SELIC				6,90% a.a.		
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"				9,50% a.a.		
31/12/2017						
	Valor	Encargos	Taxa	Cenário I	Cenário II variação	Cenário II variação
Instrumentos	Contábil	Financeiro		provável	da taxa em 25%	da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	15.431	CDI	9,50%	16.496	17.918	18.203
Depósitos judiciais	12.144	SELIC	6,90%	12.982	14.102	14.326
Impacto sobre as receitas				1.903	4.445	4.954
financeiras líquidas e patrimônio						
31/12/2016						
	Valor	Encargos	Taxa	Cenário I	Cenário II variação	Cenário II variação
Instrumentos	Contábil	Financeiro		provável	da taxa em 25%	da taxa em 50%
Depósitos judiciais	9.360	SELIC	13,65%	10.638	12.453	12.816
Impacto sobre as receitas				1.278	3.093	3.456
financeiras líquidas e patrimônio						

5.4 Administração de riscos cambiais

A moeda funcional da Companhia é o US\$ e a de apresentação das demonstrações financeiras é o Real, de modo que o risco de taxa de câmbio transacional e conversão decorrem, principalmente, das atividades operacionais do negócio, estratégicas e contabilidade da Companhia que são denominados em uma moeda diferente da moeda funcional.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em outras moedas, diferentes do US\$ nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessas datas, a saber:



	31/12/2017	31/12/2016
Ativos denominados em moedas estrangeiras		
Caixa e equivalentes de caixa	23.069	-
Contas a receber terceiros	36.508	113.012
Partes relacionadas a receber	134.005	79.125
Passivos denominados em moedas estrangeiras		
Fornecedores terceiros	(54.169)	(91.281)
Partes relacionadas a pagar	(112.200)	(99.824)
Exposição cambial, líquida em R\$	27.213	1.032
Exposição cambial, líquida em US\$	8.226	317

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade as variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017				
Paridade - US\$ x R\$	3,3080	4,1350	4,9620	2,4810	1,6540
Operação/Instrumento	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário II Depreciação 25%	Cenário II Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Caixa e equivalentes de caixa	23.069	28.836	34.604	17.302	11.535
Contas a receber terceiros	36.508	45.635	54.762	27.381	18.254
Partes relacionadas a receber	134.005	167.506	201.008	100.504	67.003
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Fornecedores terceiros	(54.169)	(67.711)	(81.254)	(40.627)	(27.085)
Partes relacionadas a pagar	(112.200)	(140.250)	(168.300)	(84.150)	(56.100)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		6.803	13.607	(6.803)	(13.607)

	31/12/2016				
Paridade - US\$ x R\$	3,2591	4,0739	4,8887	2,4443	1,6296
Operação/Instrumento	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário II Depreciação 25%	Cenário II Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Partes relacionadas a receber	79.125	98.906	118.688	59.344	39.563
Contas a receber terceiros	113.012	141.264	169.517	84.759	56.506
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Fornecedores terceiros	(91.281)	(114.101)	(136.922)	(68.461)	(45.641)
Partes relacionadas a pagar	(99.824)	(124.780)	(149.736)	(74.868)	(49.912)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		258	516	(258)	(516)



5.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US\$50.79 (cinquenta reais e setenta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2017 (Em 31 de dezembro de 2016 US\$43.33 quarenta e três dólares e trinta e três centavos) e projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

31/12/2017	
Cenário	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	32.591
Incremento de 50%	65.182
Redução de 25%	(32.591)
Redução de 50%	(65.182)
31/12/2016	
Cenário	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	27.877
Incremento de 50%	55.755
Redução de 25%	(27.877)
Redução de 50%	(55.755)



5.6 Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber	1.952.155	1.725.917
Depósitos judiciais	12.144	9.360
Demais contas a receber	2.982	3.851
Fornecedores	(1.915.118)	(1.670.581)
Demais contas a pagar	(5.025)	(4.725)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa	32.185	14.294

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnica de avaliação:

- Ø Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Ø Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Ø Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Ativos				
Equivalentes de caixa:				
Certificados de depósitos bancários	8.888	8.888	8.011	8.011
Overnight	23.297	23.297	6.283	6.283
	32.185	32.185	14.294	14.294



6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas bancárias		
Dólar norte-americano	18.584	12.056
Reais	6.298	10.170
Outras Moedas	1.340	1.205
	<u>26.222</u>	<u>23.431</u>
Equivalentes de caixa:		
Em Reais		
Certificado de depósito bancário	8.888	8.011
Overnight	6.543	3.682
	<u>15.431</u>	<u>11.693</u>
Em Dólar norte-americano		
Overnight	16.754	2.600
	<u>16.754</u>	<u>2.600</u>
	<u>58.407</u>	<u>37.724</u>

7. CONTAS A RECEBER

	31/12/2017				31/12/2016			
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Nacionais	Internacionais	Total	%
Crédito Direto	34.088	1.991	36.079	1,8	42.046	1.055	43.101	2,5
Documentos por Cobrar	2.420	-	2.420	0,1	2.628	-	2.628	0,2
	36.508	1.991	38.499	2,0	44.674	1.055	45.729	2,6
Partes Relacionadas	134.005	1.783.441	1.917.446	98,0	79.343	1.608.308	1.687.651	97,4
	170.513	1.785.432	1.955.945	100	124.017	1.609.363	1.733.380	100
Provisão para perdas	(3.790)	-	(3.790)		(7.463)	-	(7.463)	
	<u>166.723</u>	<u>1.785.432</u>	<u>1.952.155</u>		<u>116.554</u>	<u>1.609.363</u>	<u>1.725.917</u>	

A variação do saldo com partes relacionadas é decorrente do aumento das atividades da prestação de serviços de transporte de cargas pela Companhia à outras empresas do Grupo LATAM.



7.1 Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	7.463	8.124
Constituição de provisão	1.377	-
Recuperação de créditos provisionados	(5.050)	(661)
Saldo ao final do período	3.790	7.463

7.2 Composição do saldo por vencimento de contas a receber de terceiros

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	33.745	41.808
Vencidos:		
até 60 dias	1.096	504
de 61 a 90 dias	119	110
de 91 a 180 dias	24	31
de 181 a 360 dias	296	566
há mais de 360 dias	3.219	2.710
	38.499	45.729

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	64.690	60.657
Demais impostos	15.494	15.835
	80.184	76.492

O crédito acumulado de ICMS decorre, principalmente, da diferença entre as alíquotas aplicadas nas aquisições de combustíveis e nas prestações de serviços da Companhia. Os créditos foram substancialmente acumulados nos estados de São Paulo e Pernambuco, em decorrências das operações domésticas.

A Companhia não espera nenhuma perda relacionada a realização desses créditos tributários, motivo pelo qual não foi constituída nenhuma provisão para perdas na realização desse ativo.



9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2017
Cíveis	4.455	1.160	(3.509)	207	2.313
Trabalhistas	1.285	2.522	(1.055)	-	2.752
Tributários e previdenciários	3.620	3.059	(96)	496	7.079
Bloqueios Judiciais	-	1.904	(1.904)	-	-
	<u>9.360</u>	<u>8.645</u>	<u>(6.564)</u>	<u>703</u>	<u>12.144</u>

	31/12/2015	Adição	Reversão	31/12/2016
Cíveis	6.694	8.888	(11.127)	4.455
Trabalhistas	3.421	5.535	(7.671)	1.285
Tributários e previdenciários	6.695	1.106	(4.181)	3.620
Bloqueios Judiciais	434	636	(1.070)	-
	<u>17.244</u>	<u>16.165</u>	<u>(24.049)</u>	<u>9.360</u>

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2016	Adições	Transferências	Conversão de moedas	31/12/2017
Custo						
Edifícios		7.127	-	-	107	7.234
Veículos		6.581	-	-	99	6.680
Computadores e periféricos		4.010	-	-	60	4.070
Móveis		1.976	-	-	30	2.006
Máquinas e equipamentos		633	-	-	10	643
Outros		1.163	-	-	17	1.180
		<u>21.490</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>323</u>	<u>21.813</u>
Depreciação						
Edifícios	2,68%	(4.890)	(191)	-	12	(5.069)
Veículos	-	(6.581)	-	-	(99)	(6.680)
Computadores e periféricos	4,84%	(2.952)	(194)	-	(50)	(3.196)
Móveis	3,95%	(1.227)	(78)	-	(22)	(1.327)
Máquinas e equipamentos	5,37%	(312)	(34)	-	(6)	(352)
Outros	4,99%	(917)	(58)	-	(107)	(1.082)
		<u>(16.879)</u>	<u>(555)</u>	<u>-</u>	<u>(272)</u>	<u>(17.706)</u>
		<u>4.611</u>	<u>(555)</u>	<u>-</u>	<u>51</u>	<u>4.107</u>



	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2015	Adições	Transferências	Conversão de moedas	31/12/2016
Custo						
Equipamentos de voo		1.176	-	(1.176)	-	-
Edifícios		5.759	-	2.780	(1.412)	7.127
Veículos		-	-	7.885	(1.304)	6.581
Computadores e periféricos		3.127	-	1.677	(794)	4.010
Móveis		-	-	2.367	(391)	1.976
Máquinas e equipamentos		1.195	-	(436)	(126)	633
Outros		5.365	-	(3.971)	(231)	1.163
		<u>16.622</u>	<u>-</u>	<u>9.126</u>	<u>(4.258)</u>	<u>21.490</u>
Depreciação						
Equipamentos de voo	0,00%	(533)	-	533	-	-
Edifícios	3,32%	(2.973)	(191)	(2.561)	835	(4.890)
Veículos	-	-	(15)	(7.953)	1.387	(6.581)
Computadores e periféricos	9,34%	(1.410)	(292)	(1.795)	545	(2.952)
Máquinas e equipamentos	2,93%	(783)	(35)	449	57	(312)
Móveis	0,00%	-	(14)	(1.376)	163	(1.227)
Outros	2,16%	(4.647)	(116)	3.577	269	(917)
		<u>(10.346)</u>	<u>(663)</u>	<u>(9.126)</u>	<u>3.256</u>	<u>(16.879)</u>
		<u>6.276</u>	<u>(663)</u>	<u>-</u>	<u>(1.002)</u>	<u>4.611</u>

11. INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2016	Adições	Transferências	Conversão de moedas	31/12/2017
Custo						
Softwares		66	-	931	(49)	948
Softwares em desenvolvimento		665	197	(931)	69	-
		<u>731</u>	<u>197</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>948</u>
Amortização						
Softwares	17,75%	(14)	(177)	-	(6)	(197)
		<u>(14)</u>	<u>(177)</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(197)</u>
		<u>717</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>751</u>



	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2015	Adições	Transferências	Conversão de moedas	31/12/2016
Custo						
Softwares		4	-	62	-	66
Softwares em desenvolvimento		186	551	(62)	(10)	665
		190	551	-	(10)	731
Amortização						
Softwares	21,21%	-	(14)	-	-	(14)
		-	(14)	-	-	(14)
		190	537	-	(10)	717

12. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

12.1 Arrendamento operacional

A Companhia assumiu compromissos não canceláveis de arrendamento operacional de 2 aeronaves (2 aeronaves em 31 de dezembro de 2016). Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos.

	31/12/2017	31/12/2016
Até 1 ano	111.943	92.689
Entre 2 e 5 anos	112.538	90.342
	224.481	183.031

13. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Terceiros	54.169	91.281
Partes relacionadas (Nota 20.2)	1.860.949	1.579.300
	1.915.118	1.670.581

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para férias	5.271	4.870
Salários e encargos sociais	14.152	11.758
Provisão para bônus	-	500
	19.423	17.128



15. IMPOSTOS A RECOLHER

	31/12/2017	31/12/2016
Taxas	-	604
Impostos sobre serviços	2.598	2.727
Outros impostos a recolher	345	763
	<u>2.943</u>	<u>4.094</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

16.1 Contingências com estimativa de perda provável

	31/12/2016	Provisões	Reversões	Pagamentos	Encargos financeiros	31/12/2017
Tributários e previdenciários	1.675	3.225	(2)	-	108	5.006
Cíveis	57.053	4.346	(6.728)	(2.479)	2.803	54.995
Trabalhistas	3.248	2.454	(1.676)	(656)	441	3.811
	<u>61.976</u>	<u>10.025</u>	<u>(8.406)</u>	<u>(3.135)</u>	<u>3.352</u>	<u>63.812</u>

	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Encargos financeiros	31/12/2016
Tributários e previdenciários	-	1.567	-	-	108	1.675
Cíveis	39.340	14.075	(816)	(1.473)	5.927	57.053
Trabalhistas	1.291	14.167	(7.658)	(4.594)	42	3.248
	<u>40.631</u>	<u>29.809</u>	<u>(8.474)</u>	<u>(6.067)</u>	<u>6.077</u>	<u>61.976</u>



16.1.1 Contingências Cíveis

No exercício de 2009, foi imposta uma multa à ABSA, pela Secretaria de Direito Econômico ("SDE") e, posteriormente, Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A ABSA foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$ 114.134.

De acordo com nossos assessores jurídicos, estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% (sessenta por cento) de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do *ne bis in idem* que garante de maneira mais ampla possível o afastamento da cobrança de qualquer tipo de duplicidade punitiva a fim de se evitar que a pena se torne desproporcional, dentre outros argumentos. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão referente a causa em questão totalizou o montante de R\$39.127 (R\$38.097 em 31 de dezembro de 2016).

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

16.2 Contingências com estimativa de perda possível

A Companhia possui contingências, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Os saldos referentes às contingências avaliadas com prognóstico de perda possível, está apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Tributários e previdenciários	163.730	123.917
Trabalhistas	26.847	58.270
Cíveis	8.989	12.227
	<u>199.566</u>	<u>194.414</u>

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir:

16.2.1 Contingências tributárias

Nos exercícios de 2005 e 2006, a Companhia foi autuada pelo valor de R\$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI"). A Companhia ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua



ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexistia norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extrato da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$52.305 (R\$48.805 em 31 de dezembro de 2016).

No exercício de 2015, a Companhia ingressou com ação anulatória de débito fiscal contra Auto de Infração no valor total de R\$9.152 pelas autoridades fiscais do Aeroporto Internacional de Viracopos. Em defesa, a Companhia alegou que à época dos fatos descritos no Auto de Infração não existia lei que determinasse a sua responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extravio de mercadoria e pelo não armazenamento da carga. O processo aguarda julgamento em primeira instância. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$21.053 (R\$19.415 em 31 de dezembro de 2016).

No exercício de 2015, a Companhia foi autuada no valor de R\$ 11.421 pela Receita Federal em virtude de cobrança e multa de imposto de importação ("II") em razão de suposta carga faltante quando da conferência final da declaração. Em sede de processo administrativo, a Companhia apresentou impugnação, sendo que a Delegacia da Receita Federal anulou o débito tributário. O processo aguarda julgamento de recurso. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$14.021 (R\$12.920 em 31 de dezembro de 2016).

No exercício de 2017, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$20.797 para a cobrança da multa de 10% sobre o valor da aeronave Boeing modelo B767-316F, nº de série 34245, ano de fabricação 2005, prefixo PR-ABD, em decorrência do descumprimento do prazo de admissão temporária. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$21.034.

No exercício de 2017, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$ 14.320 para a cobrança da multa de 10% sobre o valor da aeronave Boeing modelo B767-316F, nº de série 29881, prefixo PR-ABB, em decorrência do descumprimento do prazo de admissão temporária. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$14.483.

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.



16.2.2 Contingências trabalhistas e cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza trabalhista e cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve alterações no capital social da Companhia.

O capital subscrito e integralizado está representado por R\$144.060.702,00 (Cento e quarenta e quatro milhões, sessenta mil e setecentos e dois reais), dividido em 4.060.702 ações ordinárias e preferenciais, nominativas, não endossáveis, sendo 1/3 do capital de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, sem direito a voto.

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da empresa e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos e capitalização de reservas.

17.2 Reservas de lucros

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art.193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta reserva correspondia a 0,33% do capital social.



18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.670	(24.388)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	(1.248)	8.292
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:		
Despesas Indedutíveis	(974)	(589)
Ativo diferido não constituído	1.331	(6.506)
Outros	(985)	(2.233)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.876)	(1.036)

A taxa efetiva teve como fator principal para a variação no ano as diferenças temporárias não reconhecidas, em decorrência de ajustes contábeis principalmente em contingências cíveis, onde houve a inclusão, reavaliação e atualização monetária de processos no ano de 2016.

18.2 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia possui ativos fiscais diferidos não registrados referentes a diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$25.137 em 31 de dezembro de 2017 (R\$26.468 em 31 de dezembro de 2016).

19. PARTES RELACIONADAS

No curso ordinário das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas oriundos de operações de contratação, prestação de serviços e operações de arrendamento baseadas em contrato quais são realizados em termos e condições acordadas entre as partes.

As receitas operacionais correspondem substancialmente a serviços de transporte aéreo de cargas e correspondem a aproximadamente 59% e 42% da receita bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.



As operações de partes relacionadas de custos referem-se a compra de espaço de carga, que representa 51% dos custos (49% em 2016) e gastos com arrendamentos.

Os resultados financeiros são decorrentes principalmente de variação cambial.

19.1 Posições ativas com partes relacionadas

		31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	893.213	239.426
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	732.341	1.257.771
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	1.341	81.923
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	134.005	79.125
Aerotransporte Mas de Carga S.A	Outras partes relacionadas	41.919	27.489
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	284	-
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	114.343	1.917
Total do ativo		<u>1.917.446</u>	<u>1.687.651</u>

19.2 Posições passivas com partes relacionadas

		31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores			
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	112.200	99.824
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	844.665	755.866
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	683.041	546.818
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	193.854	155.744
Aerotransporte Mas de Carga S.A	Outras partes relacionadas	6.421	8.005
Aerovias de Integracion Regional S.A.	Outras partes relacionadas	8.186	8.015
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	7	7
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	12.575	5.021
Total do passivo		<u>1.860.949</u>	<u>1.579.300</u>
Demais contas a pagar			
MAS Investment Limited	Outras partes relacionadas	4.796	4.725
		<u>4.796</u>	<u>4.725</u>



19.3 Transações com partes relacionadas

		31/12/2017	31/12/2016
Receitas			
Venda de espaço de carga			
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	13.510	9.838
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	84.645	46.067
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	347.682	252.082
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	1.576	5.870
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	95.056	65.005
		<u>542.469</u>	<u>378.862</u>
Outras receitas operacionais			
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	1.977	5
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	1.642	3.762
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	58.688	17.610
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	22.730	21.167
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	1.622	1.683
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	-	1.046
		<u>86.659</u>	<u>45.273</u>
			<u>Reclassificado</u>
Outras despesas operacionais			
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	(160)	(1.916)
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(48.714)	(31.822)
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	(44.277)	(26.282)
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	(25.017)	(30.044)
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	(82.578)	(16.841)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	(6.082)	(6.931)
		<u>(206.828)</u>	<u>(113.836)</u>
Custo dos serviços prestados			
Arrendamento			
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(68.566)	(69.429)
LATAM Airlines Group S.A.	Outras partes relacionadas	(91.824)	(125.478)
Compra de espaço de carga			
TAM Lineas Aereas S.A.	Outras partes relacionadas	(286.051)	(194.217)
		<u>(446.441)</u>	<u>(389.124)</u>

19.4 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria da Companhia, totalizando 2 pessoas em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A despesa com a remuneração do pessoal-chave no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 2.403 (R\$ 2.642 em 31 de dezembro de 2016).



20. RECEITA OPERACIONAL

Individualmente, nenhum dos clientes da ABSA representou mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Transporte de cargas	923.244	870.222
Outras receitas	8.815	26.832
Receita bruta	932.059	897.054
Impostos e outras deduções	(15.502)	(21.989)
Receita líquida	916.557	875.065

21. RESULTADO POR NATUREZA

	31/12/2017	31/12/2016
		Reclassificado
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	63.383	59.264
Combustível	130.364	111.509
Manutenção e reparos	16.064	8.462
Seguro de aeronaves	683	679
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	52.871	49.389
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	160.390	194.907
Serviços de terceiros	441.041	394.456
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	372	13.931
Outras	3.132	8.451
	868.300	841.048
Despesas com vendas		
Pessoal	1.927	2.010
Serviços de terceiros	4	78
Vendas e <i>marketing</i>	19.368	21.824
Outras	10	2.028
	21.309	25.940



Despesas gerais e administrativas

Pessoal	2.025	4.815
Depreciação e amortização	629	677
Serviços de terceiros	3.760	3.577
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	1.014	27.167
Outras	3.254	5.688
	<u>10.682</u>	<u>41.924</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Receita de juros	3.042	1.364
	<u>3.042</u>	<u>1.364</u>
Despesas financeiras		
Despesas de juros	(5.505)	(7.380)
	<u>(5.505)</u>	<u>(7.380)</u>
Variação cambial líquida	(11.222)	15.118
Resultado financeiro líquido	<u>(13.685)</u>	<u>9.102</u>

23. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar sua exposição a estes, buscando no mercado coberturas à suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

24. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, entretanto, essas normas ainda não foram aprovadas em sua totalidade pelo CPC e CFC e, conseqüentemente, ainda não foram incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras dado que ainda não são efetivas.



Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo e a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Em 4 de novembro de 2016, o CPC emitiu o pronunciamento 48 - Instrumentos Financeiros, adotando na íntegra a IFRS 9. Tal pronunciamento foi aprovado pelo CFC em 22 de dezembro de 2016. Tal pronunciamento deverá ser adotado para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Dessa forma, a Administração promoverá mudanças na forma como estima a provisão para devedores duvidosos, aplicando o percentual efetivo de perdas dos últimos 24 meses sobre as vendas no momento de registro inicial das transações. Caso o pronunciamento fosse adotado de forma retroativa a provisão para devedores duvidosos apresentada em 31 de dezembro de 2017 seria aumentada em R\$5.455. A Administração avaliou os demais instrumentos financeiros e não identificou necessidade de promover alterações adicionais decorrentes da adoção deste pronunciamento.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

A IFRS 15, emitida em 2014, requer o reconhecimento do montante da receita que reflita a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte das orientações sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente, e é aplicável a partir de e/ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia elegeu adotar a norma de forma retrospectiva, utilizando-se da abordagem de efeitos cumulativos e não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras a serem emitidas.



IFRS 16 - "Arrendamentos"

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a "IFRS 16 - Leases", que determinam os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A referida norma ainda não foi adotada pelo CPC e CFC.

A Administração está avaliando os potenciais efeitos que a IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. A Companhia ainda não definiu o método de transição para a nova norma nem determinou seus efeitos sobre os relatórios financeiros atuais.

IFRIC 22 - "Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos"

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o "IFRIC 22 - Foreign Currency Transactions and Advance Consideration", que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

IFRIC 23 - "Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro"

Em junho de 2017, o IASB emitiu o "IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments", que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 "Tributos sobre o lucro" quando houver incerteza quanto a aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, e a Companhia ainda não iniciou os estudos para analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 12 - "Entidades de Investimentos"

"O IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities", trata de esclarecimentos sobre requerimentos de divulgação aplicados a participação em entidades subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que estão classificados como mantidos para venda, para a distribuição ou que estão classificados como parte do grupo de operações descontinuadas. Considerando as informações



disponíveis, a Administração da Companhia não espera impactos decorrentes da adoção desta norma.

IAS 12 - "Tributos Sobre o Lucro"

O "IAS 12 - *Income Taxes*", trata de esclarecimentos sobre as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis. A Companhia não espera impactos decorrentes da observação dos esclarecimentos.

IAS 7 - "Apresentação de fluxos de caixa"

O "IAS 7 - *Statement of Cash Flows*", trata das alterações exigidas em relação a divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).

Não existem outras normas interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia e Conselho de Administração da controladora TAM S.A. em 30 de abril de 2018.

Jerome Paul Jacques Cadier
Diretor Presidente

Diogo Abadio Nunes Elias
Diretor Comercial

Renata Bandeira G. do Nascimento
Diretora de Controladoria
CRC 1 SP-215231/O-3

